

# MEMÓRIA E CONFLITOS URBANOS: FLORIANÓPOLIS PARA QUEM? MEMORY AND URBAN CONFLICTS: FLORIANÓPOLIS FOR WHOM?

MOEMA PARODE,  
ALICIA DE CASTELLS

**Moema Cristina Parode** é arquiteta e urbanista. Pesquisadora do Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (NAUI), do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Estuda sociedades complexas, antropologia urbana, patrimônio cultural, modos de vida e sociabilidades em centros urbanos.

**Alicia Norma González de Castells** é arquiteta e urbanista e Doutora em Ciências Humanas. Professora dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social e de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenadora do Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (NAUI). Estuda patrimônio cultural e antropologia urbana.

Como citar esse texto: PARODE, M.; CASTELLS, A. Memória e conflitos urbanos: Florianópolis para quem? VIRUS, São Carlos, n. 15, 2017. [online] Disponível em: <[http://www.nomads.usp.br/virus/\\_virus15/?sec=4&item=9&lang=pt](http://www.nomads.usp.br/virus/_virus15/?sec=4&item=9&lang=pt)>. Acesso em: 12 Dez. 2017.

## Resumo

A preocupação neste texto é esboçar algumas considerações sobre a memória urbana e sua permanente construção, sob a ótica da busca por um pensamento único. Partindo do pressuposto de que o produto do desenvolvimento de uma soberania cultural é a desigualdade cívica, ao pensarmos a cidade de Florianópolis, percebe-se a dessemelhança entre a imagem luso-azoriana que a cidade vende, e o espaço heterogêneo e multicultural que é vivido diariamente nas vias pedonais do Centro Histórico. Entre o capital e o social, a tradição e a ressignificação, um olhar sobre a presença indígena durante a venda de artesanato, realça os contrastes entre memória, identidade e a sociabilidade no espaço público, exigindo o questionamento desta memória que se constrói sob pilares de exclusão.

**Palavras-chave:** Memória urbana, Indígenas, Espaço público

## 1 Introdução

No início da incursão ao centro fundador de Florianópolis, com um olhar de perto e dentro<sup>1</sup>, buscando analisar como a venda de artesanato pelas mulheres indígenas ressignifica o lugar, alguns questionamentos sobre a memória desta cidade, começaram a surgir. Estar sentada ao chão, sob um pano, com crianças, e artesanatos expostos para a venda, coloca principalmente como vitrine neste momento a sua identidade (neste caso, especificamente Guarani). Essas personagens, imersas em contradições perante os olhos não indígenas, esbarram em uma mais, ser indígena em uma cidade de referências e ostentação cultural luso-azoriana. O direito à cidade teria cultura definida? Exercer a cidadania depende de identificação com memória que se pretende construir?

Atualmente, contextualizar a cidade de Florianópolis é refletir sobre o setor econômico. A cidade está marcada pela movimentação econômica do setor terciário<sup>2</sup> fomentado em grande parte pelo turismo. A parte insular, os patrimônios culturais como a ponte Hercílio Luz, o Centro Histórico, o Mercado Público, as inúmeras fortalezas, igrejas, museus, e as quarenta e duas praias contribuíram para que a cidade se tornasse capital turística do Mercosul.<sup>3</sup> Há um intenso movimento turístico durante todo o verão, principalmente de argentinos, gaúchos e paulistas. Dessa forma, os espaços urbanos, os patrimônios culturais e naturais, são utilizados como uma identidade de venda para a cidade, na busca por atrair turistas e alavancar negócios

(CASTELLS, 2014). A própria representação da cidade nos meios de comunicação remete à uma vitrine, onde o espaço urbano se torna um cartão postal ancorado na cultura açoriana, imóvel, higiênico e despovoado, pronto para o imaginário dos turistas (SOUZA, 2017), ao contrário das dinâmicas sociais que ocorrem diariamente nas vias pedonais do centro de Florianópolis, – devido à grande concentração do setor terciário – que são múltiplas, variadas, heterogêneas, e de certa forma não são apropriadas para agregar à imagem da cidade. Tampouco as personagens indígenas que também compõem essa paisagem cotidiana de diversos atores sociais, onde se apresentam de tal maneira que fogem às convenções e normas estabelecidas pelos cidadãos, seja pela maneira de vestir, pelas crianças que as acompanham, etc.. As observações cotidianas das atividades humanas, as fotografias e análise de reportagens em mídias locais possibilitaram a construção desta escrita que perpassa questões de memória, identidade, espaço urbano, atores sociais e, entre eles, as mulheres indígenas, nos conduzindo a questionamentos sobre o desenvolvimento, permanência e continuidade de uma memória.

## **2 Passado no presente**

Na história do antigo povoado de Nossa Senhora do Desterro (denominação da cidade de Florianópolis antes de ser elevada à condição de cidade) os povos indígenas denominados carijós, de raízes guaranis, e “índole pacífica e pele clara” (CABRAL, 1971, p. 17), aparecem apenas como os primeiros habitantes da Ilha – antes do século XVI – e depois da primeira onda migratória em 1748, o discurso da cidade segue com a narrativa da predominância da cultura açoriana. O local onde as famílias migrantes dos Açores desembarcavam, ao lado da Praça XV de Novembro, Largo da Alfândega e Mercado Público – o “coração da cidade” (VAZ, 1991) – foi essencialmente o principal lugar de chegada à Ilha até o século XX. Após ser elevada à categoria de cidade, em 1823, e se tornando Capital da Província de Santa Catarina, o início do século XX inaugurou um período de grandes investimentos federais, consolidando também a cidade como prestadora de serviços, e com grande expansão do setor privado, realizando obras de infraestrutura, inclusive a Ponte Hercílio Luz, e os aterros da Baía Sul e Norte (VAZ, 1991). Assim como as tendências mundiais, Florianópolis começou a pensar em memórias com um viés cultural e político nos últimos anos do século XX.

Nesse sentido, podemos considerar que a cultura de memória vem sendo construída e justificada com pretensões de compensar as destruições da modernização no mundo social. Entretanto, da mesma maneira que o passado rememorado com vigor pode nutrir nossos desejos inconscientes e orientar as nossas ações mais conscientes, ele também pode se transformar em uma memória mítica. Uma memória que caminha no destino da fossilização, e pode se tornar uma pedra no caminho das necessidades do presente, ao invés de uma abertura para a continuidade da história (HUYSSSEN, 2000, p.69). A memória mítica da cidade de Florianópolis começou a ser construída, mais precisamente, em 1948, durante o 1º Congresso Catarinense de História, realizado nessa mesma cidade, e que visava comemorar os 200 anos da colonização açoriana em Santa Catarina. O evento representou, sobretudo, um marco fundamental na redescoberta das raízes açorianas, que até então era esquecida ou mal lembrada. Os estudos foram se intensificando com a Comissão Catarinense de Folclore, até a criação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na década de 1960, e sua implantação na cidade de Florianópolis, que viria principalmente intensificar o diálogo entre Açores e Santa Catarina.

O Núcleo de Estudos Açorianos (NEA) (ainda presente na Universidade), nos anos 1990, além de construir relações entre as cidades, deu ênfase a ações fora da academia, com o objetivo de devolver às comunidades de origem açoriana o “orgulho de suas raízes” (LEAL, 2007, p.55). Iniciou-se, então, uma fase de divulgação e defesa do patrimônio cultural açoriano, como a arquitetura, a Festa do Divino, o boi-de-mamão<sup>4</sup>, entre tantos outros. Essa construção de memória foi iniciada pela Universidade nos anos sessenta, passando pela eleição da prefeita Angela Amin em 1996, baseada no lema “cultura da gente”, onde adotou uma agenda claramente açorianista, e culminando com a Fundação Franklin Cascaes, criada em 1987, extremamente ativa na temática preservacionista açoriana (LEAL, 2007).

A cultura recriada passou então a ser assumida como popular, conseguindo transformar Florianópolis e outras cidades do litoral do estado, em uma grande vitrine da cultura açoriana, mercantilizando-a principalmente no quadro do turismo, o chamado marketing turístico. Na busca por um discurso uniforme, os autóctones da ilha passaram a ser os colonos imigrantes, suprimindo os indígenas, e toda a miscigenação entre recém-chegados dos Açores, indígenas e negros.

O esquecimento e distanciamento de certas identidades e culturas em prol de uma memória urbana utilizável ao marketing, segundo James Clifford, reduz os movimentos e políticas de identidade à uma visão da cultura e da identidade baseada em pressupostos de unicidade, homogeneidade, continuidade e fechamento (CLIFFORD, 2000, p. 97). É tênue a linha que separa a etnicidade como empoderamento e como prisão, e de acordo com Gutmann “a soberania cultural dos grupos (...) pode entrar em conflito com o respeito pela liberdade e igualdade cívicas” (GUTMANN, 2003, p.47). A memória urbana predominantemente açoriana, proporciona articulações entre identidade, exclusão e xenofobia.

Atualmente, os letreiros e anúncios no meio urbano de Florianópolis escancaram as portas da memória. Há o condomínio Villa dos Açores, o Centro Comercial Açores, a Papelaria Açoriana, o Restaurante Açores, e diversos outros estabelecimentos de serviços e comércio que utilizam a referência em praticamente todos os pontos da Ilha, mesmo que as ações de resgate da memória pelo poder público tenham entrado em uma nova fase, a partir do início do séc. XXI, “mais passiva” (LEAL, 2007, p. 102).

## **3 Do lugar da memória à hibridação**

Atualmente, pensar o espaço público, a memória, os novos usos, atores e ressignificações do e no Centro de Florianópolis, torna-se emblemático ao passo que percorremos a história de sua “colonização”, fundação, e as práticas que moldaram o espaço construído da Ilha. É necessário ressaltar a importância da área central para as dinâmicas desempenhadas em toda a cidade, e todo o simbolismo que a cultura açoriana representa, buscando construir uma memória que seja rentável, e consequentemente construir um ideário de cidade para continuar alavancando o turismo. Entretanto, o que não é exposto ao mundo por intermédio das mídias locais, é o lugar praticado (DE CERTEAU, 2008, p. 93) diariamente. Lugar este, onde se

efetua o movimento, a espontaneidade, a originalidade, as táticas de consumo, de adaptação, os modos de reapropriação de lugares, modos de fazer, de uso, e as práticas cotidianas conformam um espaço.

O centro de uma cidade, em especial, representa a multiplicidade dessas maneiras de fazer dos grupos sociais que a cidade abriga, imprimindo nesse recorte sua própria identidade, ressonando na identidade da cidade em sua totalidade. As cidades da atualidade, de maneira geral, estão emergidas em um multiculturalismo conflitante, e são o cenário que melhor manifesta o declínio das metanarrativas históricas, das utopias que imaginaram um desenvolvimento humano ascendente e coeso através do tempo. Mesmo nas cidades carregadas de signos do passado, como a capital catarinense, o encolhimento do presente e a perplexidade diante da sociabilidade incontrolável reduzem as experiências temporais e privilegiam as conexões simultânea no espaço. Os mapas mentais, narrativas, e memórias, que outrora ordenavam os espaços e davam um sentido global aos comportamentos, às travessias, estão se desvanecendo (CANCLINI, 2003).

Já não se pode percorrer os metros de vitrines do calçadão no centro de Florianópolis procurando encontrar um artefato para a compra, sem ser abordado por alguém entregando panfletos que divulgam algum estabelecimento. Ou então, sentar-se em um banco da Praça XV de Novembro, esperando uma pacífica sala de leitura, sem ser repentinamente invadido por uma conversa alheia, ou um músico que toca esperando alguma contribuição. Este, o lugar praticado, é onde se efetua o movimento, a espontaneidade, a originalidade, as táticas de consumo, de adaptação, os modos de reapropriação de lugares, modos de fazer, de uso, e as práticas cotidianas conformam um espaço. Lugar que sobretudo é de memória, de registros vividos, de lembranças, de cenários e referências eternizados em cada indivíduo.

Entretanto, de um mundo multicultural – justaposição de etnias ou grupos em uma cidade ou nação – passamos a outro intercultural e globalizado. A interculturalidade remete à confrontação e ao entrelaçamento, àquilo que sucede quando os grupos entram em relações de trocas. Ambos os termos implicam dois modos de produção do social: multiculturalidade supõe aceitação do heterogêneo; interculturalidade implica que os diferentes são o que são, em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos. Com a circulação cada vez mais livre e frequente de pessoas, informações, capitais e mensagens, nos relacionamos cotidianamente com muitas culturas. Nossa identidade já não pode ser definida como uma só (CANCLINI, 2003).

Estudar processos culturais e memórias, mais que nos levar a afirmar identidades auto-suficientes, serve para conhecer formas de situar-nos em meio à heterogeneidade e entender como se produzem as hibridações. Hibridação entendida como um processo de interseção e transações, sendo o que torna possível que a multiculturalidade evite o que tem de segregação e se converta em interculturalidade no meio urbano. As políticas de hibridação trabalham democraticamente com as divergências, “parecendo nos restar duas saídas, viver em estado de guerra ou em estado de hibridação” (CANCLINI, 1995, p. xxvii). As cidades aparecem como um meio de condicionar a hibridação. São os centros urbanos onde a hibridação fomenta maiores conflitos e maior criatividade cultural. Como discernir onde acaba o poder étnico e onde começam as fronteiras entre o poder político, as estruturas sociais e o econômico? A permanente construção da memória será capaz de agregar os hibridismos à cultura dominante? E as culturas do esquecimento, terão a oportunidade de entrada pela porta da frente na memória urbana?

#### **4 Florianópolis e centro: para quem?**

Podemos perceber várias cidades na repercussão da Florianópolis atual, a açoriana, a turística, a tecnológica, e a “cidade-cidade” onde fica? Se levarmos em consideração a relação de interdependência entre memória e turismo, a dinâmica do centro urbano tende a ficar somente na vivência dos atores diários. Ao passo que a musealização dos centros urbanos se amplia nas tendências urbanísticas (HUYSSSEN, 2000), o Centro Histórico resiste.

A ampla concentração do setor terciário e aumento da circulação de pedestres, na área de calçadões das ruas Felipe Schmidt, Trajano, Deodoro e Conselheiro Mafra, fez com que o local se transformasse em um símbolo de fortes representações sócio espaciais, onde os símbolos máximos de vida social, repletos de história, estão materializados no espaço (casarios e suas tipologias, os revestimentos, as luminárias, e elementos artesanais etc.). Há de considerar que

*Um consenso da vocação turística de Florianópolis foi construído no imaginário social como se esta fosse um caminho inevitável a ser seguida por toda cidade, mas ao qual o centro tradicional resiste e se contrapõe (POZZO, 2010, p.154).*

Esta resistência pode definir o Centro tradicional como um lugar contra- hegemônico, onde várias atividades econômicas estão implantadas. Há o comércio varejista de vestuário, eletrodomésticos, som e imagens, livros etc., comércio de abastecimento domésticos; comércio atacadista; serviços prestados por profissionais liberais; serviços públicos e do sistema bancário; serviços de educação e cultura, diversão e lazer; venda de artesanato e pequena indústria; hospedagem e alimentação, entre outros. Pode-se implementar a essas atividades, algumas informais, e outras regulamentadas pelo poder público, derivadas da sua configuração e das práticas cotidianas estabelecidas pela população nesses percursos pelos calçadões, exercidas por comerciantes que se pode caracterizar como um “terciário flutuante ou semipermanente” (VAZ, 1991, p. 67), como os camelôs, e vendedores de pipoca, engraxates, bancas de jornais, taxistas, guardadores de carros (Fig. 1). Atividades que ocupam parcelas do espaço público eventualmente, caracterizadas como penetrações do setor privado no espaço público, entretanto, “o modo como conduzem à apropriação dos espaços públicos difere das principais atividades eventuais, pois são parte do cotidiano em processo de simbiose com ele” (VAZ, 1991, p. 68). Utilizam apelos visuais e sonoros, sem barreiras físicas, apenas influenciam e compactuam com o dinamismo das atividades cotidianas. É uma herança histórica materializada na organização física do Centro Histórico.



**Fig. 1:** Vista do calçadão com grande quantidade de pessoas. Rua Felipe Schmidt. Fonte: da autora, 2017.



**Fig. 2:** Uso cotidiano: cantores que utilizam o espaço público. Fonte: da autora, 2017.

Em momentos de observação, pode-se perceber as dinâmicas cotidianas do local e os atores. Há vários tipos de vendedores de ruas, como os grupos de imigrantes senegaleses, africanos, colombianos, peruanos, etc, que vendem roupas, acessórios, artesanatos, utensílios domésticos, entre outros artigos de menores preços; há pessoas que distribuem folders para divulgar serviços e comércios diversos, ou que de alguma forma contém a "palavra de Deus"; também podem ser avistadas e ouvidas diversas manifestações artísticas (fig. 2), entre elas pintores, cantores, performances, etc, com o objetivo de receber incentivos financeiros, e também há a população apressada que compra ou trabalha no entorno, e os turistas a passeio (Fig. 3). Nessa dinâmica também estão inseridos personagens relativamente novos, e que não estão associados ao meio urbano, no imaginário dos cidadãos: as mulheres (maioria das vezes) e crianças indígenas (também em sua maioria Guarani Mbya) que sentam nas calçadas, junto aos prédios, sob panos, distribuem o artesanato e ervas, e esperam por longos períodos os possíveis compradores, ou alguém que queira ajudá-las com algum "troquinho" (dinheiro trocado) (Fig. 4).



**Fig. 3:** Usos cotidianos: Vendedor de artesanato. Fonte: da autora,2017.



**Fig. 4:** Usos cotidianos: Vendedora de artesanato indígena. Fonte: da autora, 2017.

No quadro heterogêneo e misto que é visualizado todos os dias no Centro Histórico, torna-se complexo procurar características definidas da dinâmica socioespacial e identidade urbana do local. É neste pequeno recorte espacial que estão presentes os contrastes entre as antigas e novas edificações, onde estão presentes todos os tempos da cidade, e as transformações de usos, e sociabilidades, suas singularidades criam uma cidade única (MOREIRA; TEIXEIRA, 2012). E como demonstrado anteriormente, o processo de desenvolvimento urbano pautado em “progresso”, vem marcando a cidade com ciclos migratórios de populações à procura de melhor qualidade de vida, tanto classes mais altas, como classes menores que chegam a ocupar áreas irregulares. Esses estrangeiros/forasteiros/imigrantes convivem com os moradores mais antigos da ilha, conhecidos como manézinho.<sup>5</sup> Entre o manézinho e o estrangeiro surgiu a tensão da responsabilidade por um crescimento acelerado, não acompanhado da infraestrutura condizente. Há um conflito permanente (SIQUEIRA, 2008). No Centro, em especial nas vias pedonais do Centro Histórico, pela condição pedestrianizada e as edificações que conformam o espaço, o local permite encontros, conversas, trocas, relações, negociações e conflitos entre as diferentes classes, culturas, etnias, gêneros etc.

No complexo cenário que se organiza todos os dias, o que parece ser ainda mais “estrangeiro” tanto aos olhos dos turistas, como do próprio florianopolitano e o autêntico manézinho – assim como em outras cidades do país – são as vendedoras indígenas. Em grande parte, pela narrativa brasileira baseada na exclusão desses personagens, construindo o país a partir do “descobrimento” e da colonização portuguesa. Ainda hoje, o ideário da população citadina e não indígena, prevê que o local de permanência dessas populações, seja restrito apenas às aldeias, pela maneira como os indígenas foram submetidos às missões e os aldeamentos, no século passado (NEVES, 1978). O próprio Estado fornece elementos para se pensar o indígena como identidade ligada à selva, denominando-os ainda hoje, no Estatuto do Índio vigente (Lei nº 6.001 – de 19 de dezembro de 1973) como “silvícola”, ou seja, “aquele que nasce ou vive na selva; selvagem” (OLIVEIRA; FREIRE, 2006).

Portanto, a presença nos centros urbanos das mais diversas sociedades indígenas<sup>6</sup> e a maneira diferenciada como utilizam esse espaço público, é alvo de inúmeras contradições aos olhos dos não indígenas, tanto em questões territoriais como em questões identitárias, culturais e sociais. Em seus estudos, Canclini (1995), expõe algumas questões sobre a cidade de São Paulo da

década de 1980, no período de intensa migração de populações do norte do país, e nos traz elementos para pensar os indígenas em Florianópolis - apesar é claro de ser uma migração diferenciada, poderíamos chamar de circulação. O autor, então, descreve um período que os paulistas responsabilizavam os nordestinos pela decadência da memória da cidade, diante da onda migratória. Acreditavam que a cidade do passado, que imaginavam esplêndida, teria sido, então, arruinada por esses migrantes de "qualidade inferior" (CANCLINI, 1995, p. 109). Assim como acontece em Florianópolis atualmente.

Há um jogo de conflitos e negociações. A presença indígena que esbarra numa condição de açorianidade importante para a principal atividade econômica da cidade, o turismo, e as próprias dinâmicas sociais do espaço construído, onde se mostram alheias aos códigos do cidadão ao momento que trazem uma nova forma de explorar, e se apropriar (transformar) o lugar. Ao percorrer as páginas de internet em busca de narrativas sobre essa temática em Florianópolis, uma das sequências de matérias de janeiro deste ano de 2017, do Diário Catarinense, chamou atenção, e contribui para exemplificar e analisar os recorrentes episódios emblemáticos entre espaço público x memória x indígenas,<sup>7</sup> que envolvem a sociedade, o Estado e suas instituições, e as próprias vendedoras indígenas.

Tentando resumir este episódio, na última temporada de veraneio, assim como há vários anos vem sendo percebido, a quantidade de indígena que estava na cidade para a venda de artesanato era significativa e ganhou maior visibilidade perante a população florianopolitana e turistas quando iniciaram seus locais de estadia (em barracas) embaixo de viadutos e elevados na região central da cidade. O poder público municipal, sentindo-se pressionado, permitiu que as famílias ficassem vivendo temporariamente no mezanino do Terminal Rodoviário Rita Maria, e posteriormente os transferiu para uma área ociosa no bairro Saco dos Limões, o Tisac (Terminal de Integração do Saco dos Limões), que segundo as concepções do poder público municipal, poderia abrigar melhor os indígenas com toda a estrutura de banheiros, cozinha, e com algumas barracas. Entretanto, após instalados no local, os indígenas perceberam a falta de segurança (um local isolado do bairro) e a distância do centro (necessitando transporte diário), o que viria a reduzir seus lucros. Então, o Ministério Público Federal decidiu transferir os cerca de oitenta indígenas que estavam instalados no Tisac para a Casa José Boiteux, tombada pelo Patrimônio Histórico, sede do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e da Academia Catarinense de Letras, onde "abriga os mais preciosos documentos oficiais de 300 anos", como descrito no site da instituição, localizada no centro.

Com o título de "Decisão de Juiz da Vara Ambiental sobre indígenas causa indignação em Florianópolis", o jornal Diário Catarinense, publicou a coluna de Moacir Pereira, que abordava que a determinação de que um grupo de oitenta e cinco indígenas ocupasse a Casa José Boiteux, "causou grande perplexidade nos meios culturais e forte indignação entre os intelectuais" inclusive as "às entidades culturais consideraram a decisão a mais esdrúxula na história da Justiça Federal em Santa Catarina" (a possível permanência de indígenas em um importante patrimônio da cidade). Após a grande repercussão da impactante decisão do juiz Marcelo Borges, ele em sua terceira decisão sobre a situação, decidiu se retratar e determinar que o grupo voltasse a ocupar o Tisac.

*(...) algo como um pensamento único de cidades - em que se casam o interesse econômico da cultura e as alegações culturais do comando econômico - que ronda as cidades em competição pelo financiamento escasso no sistema mundial, e por isso mesmo compartilhado à revelia das preferências político-ideológicas dos administradores de turno (ARANTES; VAINER; MARICATO 2009, p. 67)*

Com esse episódio envolvendo um símbolo que "contribuiu para a nova imagem que a cidade queria apresentar" (MULLER, 2002, p.112) e contribui ainda hoje, a Casa José Boiteux, fica evidente que a sociedade florianopolitana temia ter sua identidade (redescoberta através de uma memória construída), invadida e descaracterizada, por uma cultura "inferior à sua", possibilitando abrir precedentes para novas situações como essa - tendo em vista a presença indígena cada vez mais recorrente - , colocando em xeque sua narrativa açoriana, "intelectual", cultural, a construção de memórias, e consequentemente o setor econômico. O que se vê em Florianópolis é uma parcela de sociedade ligada a um passado de simbolismos, de ícones arquitetônicos, urbanísticos, e sociais definidos, e que deseja que o espaço urbano permaneça como um museu - isenta de julgamento e crítica - porém hoje, se confronta com os estímulos mais díspares, com as novas formas de usos, e diferentes atores, fazendo na e da cidade.

## 5 Considerações finais

O resgate às memórias açorianas da cidade de Florianópolis foi assimilado e incorporado pelos setores privados, público, e própria sociedade, como a cultura popular local, e como uma vitrine utilizada estrategicamente como um marketing turístico. Sobreposto à época de grandes investimentos federais em infraestrutura, aliou-se a busca pelos balneários e paisagens naturais, ao turismo cultural açoriano, como a Festa do Divino, as rendeiras, o passeio ao Mercado Público etc. Ao mesmo tempo, como um instrumento de poder, a memória que é eleita, soterra outras identidades e culturas, e nesse processo de inicialmente criar memórias para um resgate cultural, posteriormente para o turismo, utilizando a mídia como mediador, peças importantes do que se monta diariamente no calçadão do Centro Histórico são deixadas de lado.

Como explicitado ao longo do texto, o que no discurso oficial aparece como homogêneo e único, na vivência diária de cidade não corrobora. Em um futuro próximo, que seja, lembraremos da paisagem criada pelas artesãs indígenas durante a venda de artesanato, que expõem seu artesanato sentadas em frente à uma edificação oitocentista e ao lado de um cartunista e de músicos de rua? Será possível que culturas como a indígena colaborem na construção de uma "memória açoriana", e poderia ser entendido como uma memória híbrida cultural?

## Referências

ARANTES, O. B. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 5.ed. Petropolis: Vozes, 2009.

- CABRAL, O. R. **Povo e tradição em Santa Catarina**. Florianópolis: EDEME, 1971.
- CANCLINI, N. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1995.
- CANCLINI, N. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2003..
- CASTELLS, A. N. G. Revitalizações urbanas na Ilha Magia. In: CASTELLS, A. N. G.; SANTOS, J. L. C. (Orgs.). **Patrimônio Cultural e Museologia**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.
- CLIFFORD, J. **Taking Identity Politics Seriously**: The Contradictory, Stony Ground... In: GILROY, P.; GROSBURG, L.; MCROBBIE, M. (Eds.). *Without Guarantees: Essays in Honour of Stuart Hall*. London – NY: Verso, 2000. p. 94-112.
- DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GONÇALVES, J. R. S. **Ressonância, materialidade e subjetividade**: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.
- HUYSEN, A. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- LACERDA, L.; SANTOS FILHO, D. G. **O que é ser Manezinho?** *Working Papers em Linguística - Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis*, v. 15, n. 1, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/1984-8420.2014v15n1p84>>. Acesso em: 05 Dez. 2017.
- MAGNANI, J. G. C. **De perto e de dentro**: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.
- LEAL, J. **Cultura e identidade açoriana**: o movimento açorianista em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2007.
- MOREIRA, A. S.; TEIXEIRA, L. E. F. **Vias pedonais**: espaços de sociabilidades no centro de Florianópolis. *Urbana*, v. 4, n. 5, p. 149-168 São Paulo: Dossiê: Cidades e Sociabilidades – CIEC/UNICAMP, 2012.
- NEVES, L. F. B. **O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios**: colonialismo e repressão cultural. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- OLIVEIRA, J. P.; FREIRE, C. A. R. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- POZZO, R. R. **Modernidade capitalista em Florianópolis-SC e a dinâmica do centro urbano**. 2010. Dissertação (Mestrado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- SIQUEIRA, M. T. **Entre a prática e o discurso**: a formação de espaços simbólicos na Florianópolis contemporânea. Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- SOUZA, F. A. **Fotografias vivas**: Análise visual da representação de Florianópolis em mídia digital. *Cadernos NAUI, Florianópolis*, v. 9, n. 5, p. 30-48, 2016.
- VAZ, N. P. **O centro histórico de Florianópolis**: espaço público do ritual. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

---

**1** Como propõe Magnani. Termo característico de uma etnografia, porém, nesta pesquisa de observação participante, auxiliou a “descrever e refletir sobre padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas os compreendendo como múltiplos, variado e heterogêneos, que transcorrem sua vida cotidiana na paisagem e dependem de seus equipamentos” (MAGNANI, 2002, p. 17), pretendendo incorporar os atores e práticas sociais às dinâmicas da cidade.

**2** O setor terciário equivale a 58,3% do PIB do município. É também o setor que mais emprega pessoas, cerca de 236.696. Dados de 2013. Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br>.

**3** Dados disponíveis na apresentação da cidade, na página online da prefeitura municipal. Fonte: <http://www.pmf.sc.gov.br>

**4** Breve introdução sobre as práticas pode ser consultada em: <http://www.deolhonilha.com.br/turismo/atrativos/cultura-e-tradicao.html>

**5** O termo manezinho já foi usado de forma pejorativa para adjetivar somente o ilhéu de origem humilde, que trabalha na pesca e artesanato, com pouco estudo. Atualmente, ainda designa pessoas que nasceram na ilha, com jeito peculiar de falar e

viver, geralmente em determinadas comunidades no interior da ilha. Hoje, para muitos representa um motivo de orgulho, que remete ao sentimento de pertencimento, de identificação com a Ilha (LACERDA; SANTOS FILHO, 2014).

**6** Entre os indígenas que circulam diariamente pela cidade de Florianópolis ou que se estabelecem no período de veraneio, há os Guarani Mbya, Kaingang, Xokleng, que podem ser moradores de Biguaçu, Palhoça ou da própria Ilha, que estão presentes no Centro mais frequentemente, ou moradores de locais do interior de Santa Catarina (como Chapecó), e até de outros estados, que procuram melhores oportunidades de venda durante a temporada de veraneio (GARCIA, 2015).

**7** Ver matérias veiculadas em meios digitais do jornal Diário Catarinense®: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/estilo-de-vida/noticia/2017/01/cerca-de-70-indios-que-estavam-na-rodoviaria-de-florianopolis-sao-transferidos-para-o-tisac-9500487.html> e <http://dc.clicrbs.com.br/sc/colunistas/moacir-pereira/noticia/2017/01/decisao-de-juiz-da-vara-ambiental-sobre-indigenas-causa-indignacao-em-florianopolis-9535023.html>